

A GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PORTO SEGURO – BA: UMA ANÁLISE DA ELEIÇÃO DIRETA PARA GESTOR DO COLÉGIO MUNICIPAL PROFESSOR ÁLVARO HENRIQUE DOS SANTOS

Leonardo Lacerda Campos¹

Resumo:

A presente pesquisa buscou analisar a implantação da Gestão Democrática na Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro – BA. Enfatizando principalmente o processo da eleição direta para diretores e vice-diretores, para tanto se fez necessário tecer uma contextualização acerca do surgimento da democracia tecendo uma análise desde os primórdios da humanidade até a democracia direta e, por conseguinte a representativa, para de fato embasar os estudos sobre a democracia na gestão escolar. O Colégio Professor Álvaro Henrique dos Santos foi escolhido para fazer parte da pesquisa empírica, onde questionários foram aplicados para alunos/as, professores/as e funcionários/as de modo geral, a fim de captar informações sobre os conhecimentos prévios desses, em relação à Gestão Democrática, além disso, acompanhamos todo processo eleitoral: as reuniões, a formação da chapa, as propostas, assim como o acompanhamento da eleição, sendo criada uma chapa única que teve em torno de 92% dos votos. Embora os resultados apontem avanços na qualidade do ensino a partir da implementação da Gestão Democrática, é preciso garantir e potencializar os debates que versam acerca da importância de tal conquista, sobretudo na participação de toda comunidade escolar nas tomadas de decisões, que venham calhar na qualidade do ensino.

Palavras – Chave: Comunidade escolar. Educação. Gestão Democrática.

Introdução

O presente estudo teve como objetivo analisar o processo que culminou na implantação da Gestão Democrática na Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro/BA. Partindo desse contexto, o Colégio Municipal Professor Álvaro Henrique dos Santos foi escolhido para o acompanhamento da eleição direta para diretor e vice-diretor. Buscamos por meio da pesquisa empírica, analisar todos os elementos utilizados durante a campanha.

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade de Campinas (UNICAMP). Docente do quadro efetivo da Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro-BA. Docente da Faculdade Nossa Senhora de Lourdes-FNSL. E-mail: leo.lacerda.campos@gmail.com

A escolha dessa Unidade Escolar se deu pela sua relevância em atendimento, uma vez que é a maior unidade do Município e atende mais de dois mil alunos dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, com três turnos de funcionamento. A unidade está localizada no Complexo Frei Calixto, popularmente conhecido como Baianão, considerado o maior bairro do Município.

Durante a realização do trabalho de campo, percebemos a preocupação dos membros da chapa única em de fato esclarecer, para a comunidade escolar a importância da Gestão Democrática na Escola, uma vez que verificamos por meio dos aportes teóricos que o objetivo da Gestão Democrática se dá justamente na contribuição e fomento de elementos que possibilitem o alcance de uma educação de qualidade para a comunidade onde a instituição está inserida. Para tanto, é necessário disseminar as reais atribuições dos gestores, dentre elas: promover momentos de socialização entre todos aqueles que compõem a comunidade escolar.

Nesse sentido, mergulhamos metodologicamente na pesquisa-ação, por meio de uma pesquisa qualitativa e descritiva direcionada a compreender o papel da Gestão Democrática, sendo realizados estudos, reuniões e observações acerca do processo eleitoral, bem como análises de livros, revistas e artigos científicos que versam sobre a temática.

No início do pleito eleitoral, foi essencial informar a comunidade escolar que a gestão democrática é um processo e um ato político, pela qual as pessoas, na escola, discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria Unidade Escolar. Em virtude disso, questionários foram aplicados para os alunos dos três turnos, com perguntas que mensuraram o conhecimento dos mesmos acerca da temática abordada, assim como os professores, candidatos à gestão e outros funcionários que do mesmo modo participaram da pesquisa, cujo objetivo era o de basilar os seus conhecimentos a respeito da Gestão Democrática Escolar, principalmente no que concerne o elemento constituído por meio da eleição para diretor e vice-diretor.

Desse modo, é necessário entendermos a escola como um ambiente que preza pela democratização do saber, contribuindo com a formação humana e intelectual do indivíduo, devendo ser conduzida de forma significativa para agregar novos paradigmas ligados aos valores e aos direitos do cidadão, visando a democratização da sociedade e o exercício da

democracia participativa fundamentada a partir de uma gestão democrática na escola. Nesse sentido Libâneo destaca que a,

escola é vista como espaço educativo, uma comunidade de aprendizagem construída pelos seus componentes, um lugar em que os profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão. A organização e a gestão da escola adquirem um significado bem mais amplo, para além de referir-se apenas a questões administrativas e burocráticas. Elas são entendidas como práticas educativas, pois passam valores, atitudes, modos de agir, influenciando a aprendizagem de professores e alunos [...] todas as pessoas que trabalham na escola participam de tarefas educativas. (LIBÂNEO, 2013, p. 32).

Todavia, é imprescindível que a escola propicie a participação da sua comunidade escolar no processo de escolha dos dirigentes, bem como na organização dos Conselhos Escolares a fim de fazer valer os seus direitos e deveres, democraticamente discutidos e definidos, garantindo assim o exercício pleno da cidadania através da democracia participativa.

Prática da qualidade refere-se, pois, à competência inovadora e humanizadora de um sujeito histórico formalmente preparado. Manejar e produzir conhecimento são a força inovadora primordial, que decide mais que outros fatores, cidadania e competitividade. Resumimos esse desafio na competência construtiva e participativa. Educação é o suporte essencial, porque no lado formal, instrumenta a pessoa com a habilidade crucial de manejar a arma mais potente de combate que é o conhecimento e, no lado político, alimenta-se a cidadania. (DEMO, 1995, p. 47)

A Gestão Democrática tem oportunizado algumas escolas a abrir as suas “portas” para a comunidade, alunos e demais funcionários, proporcionando esses, de fato, a serem agentes atuantes na construção de uma escola de qualidade a partir da construção do saber coletivo e participativo, a fim de superar as adversidades que compõem o ensino e aprendizado.

Vale salientar, que a narrativa acerca da Gestão Democrática nas unidades escolares tomou corpo, sobretudo a partir da Constituição de 1988, quando em seu capítulo III, especialmente na Seção I que versa acerca da Educação, realçamos o Artigo 206 em seu inciso VI que estabelece a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”. A Lei 9.394/96 que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no seu Art. 3º - e especificamente no inciso VIII que destaca a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Diante da legislação e do estímulo a implementação da gestão democrática no ensino público, espera-se o alargamento da participação social na defesa do interesse público, além de fomentar um maior controle da Escola Pública como espaço de co-participação e co-responsabilidade entre Estado e Sociedade.

Em consonância com tal reflexão, Luiz Fernandes Dourado, considera que aplicabilidade e a possível implementação e concretização desses princípios apontados na Constituição de 1988, no tocante a Gestão Democrática, foi possível a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Lei 9.394/96. Nesse sentido:

A LDB, embora pesem os seus limites e condicionantes, passou a representar a expressão das lutas efetivadas entre as diversas forças sociais e, dessa forma apresentou-se como um balizador para as políticas educacionais no país e conseqüentemente para as políticas de democratização da escola e da gestão escolar. No artigo 14, a Lei estabelece que os sistemas de ensino definirão normas de gestão democrática do ensino público da educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I- Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.
- II- Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. (DOURADO, 2000, p.78)

O processo educativo é algo que se realiza e se concretiza conforme o contexto em que esteja inserido. Sendo, portanto, uma construção social composta de vários elementos, tais como o homem, a sociedade, o mundo, a cultura, que estão interligados e assim se complementam. A escola enquanto instituição social tem como função assumir, desenvolver e avaliar o processo educativo, a partir da teoria do conhecimento adotada como parâmetro.

Contextualização Histórica

A Gestão Escolar Democrática tem sido um assunto bastante enfatizado nos últimos anos, tanto no âmbito acadêmico, quanto nos órgãos centrais dos diversos Sistemas de Ensino em nosso país. Diante disso, se faz necessário contextualizarmos as ações humanas desde os primórdios até o surgimento da Democracia Direta e Representativa.

Nos seus primórdios, a humanidade naturalmente aplicou um modelo de vida embasado na colaboração e nas decisões coletivas entre os seus membros, através de

agrupamentos, esses seres humanos eram nômades, viviam migrando em busca da garantia da sobrevivência do grupo. Diante desse fato histórico, Dahl (2001) aponta que “[...] durante muitos milhares de anos, alguma forma primitiva da democracia pode muito bem ter sido o sistema político mais natural”. O autor deixa claro que havia, naquele momento, condições que favoreciam a participação coletiva desses membros nas decisões e na maneira de conduzir as pessoas a garantirem a sua subsistência.

A palavra Democracia é de origem grega, o termo *demokratia* significa: (Demos, o povo, Kratos, governar), ou seja, governo do povo. A Grécia, composta por cidades-estados, teve em Atenas sua Polis, o principal modelo da aplicabilidade e materialização dos princípios democráticos. Seus habitantes elaboraram o ideal democrático que atingiu o maior desenvolvimento político, sendo a cidadania garantida através da participação dos cidadãos, que participavam diretamente da assembleia e tinham poder de decisão sobre as questões políticas, não obstante, apenas a minoria da população era considerada cidadã, tendo em vista que, a maioria da população era composta por escravizados, estrangeiros e mulheres, sendo estes excluídos das decisões políticas por não estarem inseridos no seletivo grupo de cidadãos atenienses.

Continuando na Antiguidade, podemos destacar a Civilização Romana, que implementou um Sistema Político Republicano de cunho democrático. Nessa seara, vale realçar a epistemologia da palavra República (*res*, coisa ou negócios, e *publica*, pública), ou seja, a coisa pública ou negócios do povo.

Como na Polis ateniense, em Roma o acesso a democracia também era restrita aos patrícios/ aristocratas, donos de grandes extensões de terras, e apenas esses participavam das decisões políticas. No decorrer do Império Romano, os Plebeus categoria social margeada, buscou por meio das lutas e da resistência, ocupar os espaços políticos dominados pelos Patrícios.

No decorrer da Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea a Democracia foi agregando novos valores, além de novos conceitos e práticas que foram alterados historicamente, assumindo características específicas em cada época. Segundo José Ramos de Vasconcelos Neto, são três os entraves que possibilitaram a continuidade dessa forma de governo:

- 1) Entrave territorial: oriundo da ampliação do espaço físico da *Polis* e da *Civitas* para as extensas unidades nacionais; 2) entrave

demográfico: surgiu com o aumento da população, impedindo as periódicas concentrações para as necessárias deliberações; 3) a complexidade dos problemas, que demanda conhecimentos especializados e apurados exames para as decisões (VASCONCELOS, 2002, p. 42).

No Estado Liberal a Democracia ganhou uma nova roupagem, tendo como característica principal a representatividade, onde as decisões acontecem em um centro de poder, tendo em vista que ao invés do povo tomar diretamente as decisões, passou a eleger os seus representantes. Como em outros tempos, esse modelo democrático no início privilegiou as elites locais, mas, as manifestações sociais das minorias² em busca da igualdade, possibilitaram a conquista e consolidação do Sufrágio Universal.

É nesse contexto que buscamos compreender a conjuntura dos fatores que englobam os princípios norteadores de uma Gestão Democrática, partindo das características essenciais da democracia para que possamos analisar a partir desse arcabouço de desenvolvimento dos modelos democráticos que acompanharam e acompanham o desenvolvimento da humanidade.

Nesse sentido, a Gestão Democrática parte integrante do processo de desenvolvimento da humanidade nas suas demandas sociais, buscou garantir não apenas o acesso à escola, mas também a tomada de decisões que possibilitam uma melhor relação em toda comunidade escolar, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de ensino e aprendizagem.

Norberto Bobbio, afirma que:

Se hoje se pode falar de processo de democratização, ele consiste, não tanto, como erroneamente muitas vezes se diz, na passagem da democracia representativa para a democracia direta quanto na passagem da democracia política em sentido estrito para a democracia social, ou melhor, consiste na extensão do poder ascendente, que até agora havia ocupado quase exclusivamente o campo da grande sociedade política (e das pequenas, minúsculas, em geral politicamente irrelevantes associações voluntárias), para o campo da sociedade civil nas suas várias articulações, da escola à fábrica: falo de escola e de fábrica para indicar emblematicamente os lugares em que se desenvolve a maior parte da vida da maior parte dos membros de uma sociedade moderna [...] (BOBBIO, 1998, p. 54-55 apud PARO, 1996, p. 27-28).

A Gestão Democrática e a Escolha do Gestor

² Entendam a utilização da terminologia minorias sociais a partir da ideia do não acesso a cidadania plena e não em uma perspectiva quantitativa.

Diante do contexto apresentado, podemos considerar a Gestão Democrática como expressão caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas tomadas de decisões sobre a orientação e planejamento de seu trabalho. O conceito de Gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação, mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e/ou significativos.

Esses novos paradigmas têm como finalidade a busca pela melhoria da qualidade na educação, uma vez que, são fundamentos que prezam pela inserção de inovações na organização e gestão da escola, do trabalho na escola, da qualidade da escola. Nesse sentido, José Carlos Libâneo afirma que: “não se pode reduzir a importância das escolas, pois elas continuam tendo uma função social insubstituível de formar os indivíduos para uma vida digna e para a compreensão e transformação da realidade”. (LIBÂNEO, 2013).

Para tanto, a efetivação da Gestão Democrática depende de alguns fatores: a Construção Coletiva do Projeto Político-Pedagógico, o Conselho Escolar atuante, Avaliação Institucional Sólida e Participativa e as Eleições Diretas para Gestores. Nesse contexto, a Gestão Democrática exige uma postura ética, que desafia os educadores de todo país, onde o diálogo e a comunicação devem ser os instrumentos do processo coletivo pela busca de um conhecimento profundo, tendo em vista a própria dialética constante em que se encontra a educação.

A educação é o objeto de estudo da escola, sendo esta um instrumento primordial na viabilização da prática da Gestão Democrática, uma vez que, seu papel é dirimir a filosofia, o pensamento, o comportamento e as relações humanas que os/as alunos/as necessitam para viver em sociedade. Desse modo, estarão aptos a construir uma visão sólida e crítica da realidade educativa, buscando alternativas coletivas para os problemas no âmbito social e escolar. Segundo José Carlos Libâneo,

Essa forma de ver a dinâmica da vida da escola leva a considerar a organização escolar como uma instituição aberta, cuja estrutura e processo de organização e gestão são constantemente construídos pelos que nela trabalham (diretor, coordenadores pedagógicos, professores e funcionários) e pelos seus usuários (alunos, pais, comunidade próxima). Para tanto, é necessário a qualificação teórica de seus integrantes, de modo que todos estejam capacitados a fazer a análise de prática e, com isso, aprender ideias,

saberes, experiências, na própria situação de trabalho. (LIBÂNEO, 2013, p.19).

Na década de 1980, o mundo assistiu ao movimento de mobilização por uma gestão autônoma das escolas do sistema público de ensino. Tendo como pioneiro o Canadá em 1795, em Edmonton, quando foi implantada uma gestão baseada na escola com crescente expansão da autonomia financeira, pedagógica e administrativa. Por conseguinte, os Estados Unidos, Austrália e Inglaterra seguiram essa mesma mentalidade, iniciando seus processos de descentralização e de transferência de autonomia para as escolas públicas.

No contexto atual, também observamos que a democracia, ainda é um direito desrespeitado, em especial na área educacional. Apesar de estar regulamentada através de leis e normas escolares, que determinam a Gestão Escolar Democrática, a educação em nosso país ainda vivencia uma falsa ideia de democracia no que concerne a Gestão Administrativa das Escolas Públicas.

Os gestores educacionais da Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro – BA, majoritariamente eram indicados pela Secretaria de Educação. Desse modo, esses administravam as escolas quase sempre defendendo os interesses do executivo, mantendo uma relação conflituosa com parte da comunidade escolar.

Muitos gestores tinham posicionamentos individuais, por vezes não existia flexibilidade, nem tampouco diálogo ancorado no respeito entre gestores/as e a comunidade escolar de modo geral. Em virtude de ações denominadas de autoritárias, termo utilizado e pontuado, sobretudo por professores/as, o processo de ensino e aprendizado era bastante prejudicado, tendo em vista o antagonismo existente entre as hierarquias que envolviam a comunidade escolar.

Os gestores, por terem sido indicados politicamente, às vezes não possuíam os pré-requisitos necessários para administrarem uma instituição escolar, apresentando deficiências em conduzir uma gestão que pudesse contemplar o desenvolvimento da unidade escolar. Com isso, por volta de 2012 foram estabelecidos diálogos encabeçados por parte da comunidade escolar em consonância com os membros do Sindicato dos Professores da Costa do “Descobrimento” (APLB), exigindo da Secretaria Municipal de Educação uma postura de alinhamento com a instauração da Gestão Democrática nas Unidades Escolares da Rede de Ensino de Porto Seguro/BA, atendendo as exigências da própria Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já mencionada anteriormente.

No primeiro momento a exigência estava atrelada a eleição direta para diretor e vice-diretor, cujo objetivo se dava acima de tudo no estabelecimento da autonomia, bem como na aposta de uma relação dialógica entre a gestão e os demais membros da comunidade escolar. Vale realçar, que naquele momento a maioria das escolas municipais já havia elaborado o Projeto Político Pedagógico (PPP), embora este ficasse engavetado e a sua criação em alguns casos não respeitava às exigências mínimas, além disso, não era aplicado de maneira coerente no que concerne a participação de todos que compõe a Unidade Escolar.

Nesse sentido, destacamos o pensamento de Maria Charleny de Sousa da Silva e Janaina de Sousa da Silva, quando o assunto é a importância do Projeto Político Pedagógico na construção de uma Gestão Democrática:

Entre essas atividades *fins e meios* existe um instrumento para articulá-los se trata do Projeto Político Pedagógico (PPP), este não tem a função de ser construído para ser arquivado, ficar nas gavetas ou ser encaminhado para as autoridades para cumprir tarefas burocráticas. O Projeto é um processo de trabalho coletivo da escola, deve ser reconstruído e vivenciado constantemente por todos os envolvidos com o processo educativo escolar. O PPP constitui como um processo de permanente reflexão e discussão dos problemas, das propostas, da organicidade, da intencionalidade da escola. Desse modo, subsidiará a organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho educativo na sala de aula. (SOUZA, SILVA, 2011, p. 4-5).

Nesse mesmo contexto, Ilma Passos Alencastro Veiga salienta que:

A compreensão do papel do PPP na escola e do conceito de gestão democrática que baliza seu desempenho tem sido influenciada de forma significativa pelas políticas públicas, tanto nacionais quanto internacionais. O que se espera da escola hoje é uma educação de qualidade, tendo como sustentáculos o projeto político-pedagógico e a gestão democrática. (VEIGA, 2009, p. 163).

Para tanto, o gestor deve ser preparado e seguir as exigências para atuar na administração escolar, pois o que se espera deste, é uma liderança de base educacional contundente que deve ser espelho para os atores educativos da instituição. Por isso, deve articular toda a comunidade escolar em busca do objetivo maior da instituição, com uma educação transformadora, que proporcione uma formação humana crítica e histórica, sendo capaz de atuar de forma participativa em sua comunidade local e global, afim de possibilitar a qualificação da educação.

Nessa perspectiva, destacamos o pensamento de José Carlos Libâneo, quando este destaca quatro tópicos acerca dos objetivos para o aprendizado a partir da organização e gestão da escola:

- Conhecimento da organização escolar – a sua cultura, as relações de poder, o seu modo de funcionamento, os seus problemas – bem como das formas de organização e gestão, das competências e dos procedimentos necessários para atuação, de forma eficiente e participativa, nas decisões e ações dirigidas ao atendimento dos objetivos educacionais.
- Compreensão das relações entre as orientações gerais do sistema escolar, as escolas e o trabalho de professor, de modo a desenvolver capacidade crítica para avaliá-las em função das realidades da escola e das necessidades individuais e sociais dos alunos.
- Desenvolvimento de saberes e competências para fazer análises de contextos de trabalho, identificar e solucionar problemas (previsíveis e imprevisíveis) e reinventar práticas frente a situações novas ou inesperadas, na organização escolar e na sala de aula.
- Capacitação para participação no planejamento, organização e gestão da escola, especialmente na viabilização das ações de realização do projeto pedagógico-curricular, com competência técnico-científica, sensibilidade ética e compromisso com a democratização das relações sociais na instituição escolar e fora dela. (LIBÂNEO, 2013, p.19-20).

A Primeira Eleição Direta do Colégio Professor Álvaro Henrique dos Santos

Com a aprovação do Plano de Carreira dos profissionais da educação da Rede Municipal de Ensino de Porto Seguro – BA em 2012, o que se viu foi uma demanda da APLB Sindicato em prol da realização da eleição direta para diretor e vice-diretor. A partir do segundo trimestre de 2013, foi criada uma comissão responsável para desenvolver o estudo e, por conseguinte a elaboração de um edital que pudesse oficializar a eleição direta nas escolas da Rede Municipal.

No início do ano letivo de 2014, o que se viu nas unidades escolares foi uma corrida para a formação de chapa, por conta das informações da Secretaria de Educação de que em meados do ano corrente seria publicado o edital para eleição direta de diretores e vice-diretores. O edital veio acompanhado de algumas exigências básicas para as candidaturas, a saber: ser pedagogo ou possuir especialização em gestão e/ou administração escolar.

No colégio Professor Álvaro Henrique dos Santos, inicialmente existiam três grupos articulados para a formação de chapas e disputa do pleito. No entanto, dois grupos desistiram e se retiraram da disputa, logo, apenas uma chapa foi formada, que por sua vez, passou a

realizar uma série de diálogos com a comunidade escolar acerca do processo da gestão democrática, sobretudo no que diz respeito à eleição direta. Foram realizadas reuniões com os pais, alunos, corpo docente, pessoal de apoio, coordenação, dentre outros segmentos que compõe a comunidade escolar.

A Chapa Única teve precaução em informar que precisava de 50% e mais um voto para poder assumir a gestão, tendo em vista que, se não obtivessem o quantitativo suficiente para assumir a Gestão Escolar, essa seria indicada pela Secretaria Municipal de Educação. Logo, o envolvimento da comunidade escolar se deu de maneira significativa, com o seguinte resultado: A Chapa Única conseguiu 92% dos votos. Vale destacar o envolvimento dos pais no pleito, quando cerca de 98% participaram da votação. Tal envolvimento foi considerado um avanço significativo, especificamente na relação entre família e escola.

Durante o pleito eleitoral, aplicamos alguns questionários com itens que versavam acerca da Gestão Democrática Escolar, para os alunos dos três turnos (matutino, vespertino e noturno). A partir desses questionários verificamos que cerca de 70% dos alunos do matutino e vespertino apresentavam conhecimentos básicos das atribuições de uma possível gestão democrática, enquanto que aproximadamente 80% dos/as alunos/as do noturno, diziam desconhecer³.

Contudo, passamos as informações e a necessidade de alargar o debate para a Educação de Jovens e Adultos do noturno. A partir daí, foram realizadas algumas palestras, rodas de conversas com objetivo de informar sobre o processo eleitoral e a importância de uma gestão eleita pela comunidade escolar, tendo em vista uma possível autonomia para a instituição de ensino.

Vale destacar ainda, que durante a aplicabilidade do questionário os/as alunos/as, exigiram a necessidade de debates envolvendo a importância da criação de um Grêmio Estudantil, bem como diálogos acerca dos recursos disponibilizados para a unidade escolar, uma vez que muitos desconheciam os diversos recursos destinados para a escola.

Diante das palestras e rodas de conversas, os/as alunos/as exigiram reformas na escola, haja vista a péssima condição física da mesma. Para além, exigiram a participação de

³ Poderíamos aqui elencar uma série de problematizações, sobretudo quando verificamos que durante os turnos, matutino e vespertino a grande maioria dos/as alunos/as possuía conhecimento da temática, enquanto a maioria dos/as alunos/as do noturno não tinha ideia acerca de uma gestão democrática. Será que os Candidatos se preocuparam apenas em divulgar e esclarecer acerca do processo eleitoral e a importância da Gestão Democrática nos turnos diurnos? Contudo, não analisamos essa seara, buscamos informar a comissão eleitoral da necessidade de debates acerca do pleito para os/as alunos/as do noturno.

representantes na revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP), tendo em vista que muitos não tinham conhecimento acerca desse instrumento.

Do mesmo modo, aplicamos também, questionário para os professores sobre questões envolvendo as atribuições da Gestão Democrática. Um professor da instituição com 10 anos de docência, afirmou que para a implementação e concretização da gestão democrática, era necessário *“em primeiro lugar, acredito que a ética profissional é um dos mecanismos para uma boa gestão, seguida de uma qualificação adequada do pessoal, liberdade de expressão e parceria”*. Questionado sobre as vantagens da Gestão Democrática para a educação, ele afirma que: a importância se deve *“a possibilidade de ouvir o grupo, possibilitar tomada de decisões coletivas que possibilite atender as necessidades mais urgentes da escola”*. Logo questionei a maneira pela qual o professor poderia atuar na gestão democrática. Tendo como resposta: *“Como um coordenador/ cooperador das ações da gestão, acima de tudo valorizar o trabalho em parceria”*. Segundo o professor entrevistado, o momento é histórico:

“na realidade já houve e continuará havendo avanços na medida em que tivemos nosso plano de carreira aprovado, na medida em que há movimentos sociais e sindicais em prol das causas da educação, tudo melhora, como por exemplo, o piso nacional vem sendo creditado, está chegando para os docentes e por fim, a eleição para direção e vice direção é mais uma conquista, porém não podemos cruzar os braços, pois a luta continua⁴”.

O resultado da eleição deu a vitória com 92% dos votos para a Chapa Única composta pelo Diretor Edvaldo dos Santos, acompanhado dos vices Jeremias Santos (Matutino), Regina Aparecida (Vespertino) e Deusdete Viana (Noturno).

No dia 04 de julho de 2014, em uma solenidade na Câmara Municipal, foram empossados os/as novos/as diretores/as e vices das escolas municipais, escolhidos por meio da eleição direta. Na ocasião, a representante da Comissão Eleitoral Kátia Caroline destacou que: *“A eleição para diretores foi uma conquista histórica para a educação. As luzes da democracia se acenderam, trazendo um novo tempo para a educação no município”*, já o presidente da APLB Sindicato, Neilton da Cruz, agradeceu a boa vontade da Secretaria de Educação, dando autonomia para a Comissão Eleitoral, além disso, frisou: *“Agora temos uma gestão que foi escolhida pela comunidade, com o propósito de trazer mais qualidade para a educação”*, disse o presidente da APLB. Para a Secretária de Educação

⁴ As entrevistas com os docentes, ocorreram na própria unidade escolar durante o mês de maio de 2014.

da época, Terezinha Siviero, as eleições para diretores/as concretizam um sonho dos/as servidores/as. Ela agradeceu à prefeita pelo aval para que as eleições fossem realizadas, desejou sucesso aos novos gestores e elogiou a participação dos pais no processo. Segundo a Secretária: “Tivemos uma presença de 90% dos pais. Isso demonstra um novo compromisso da escola com toda a comunidade escolar”. Ela se mostrou otimista com a proximidade de um novo tempo. Para além, salientou: “A educação é a única porta da salvação para a sociedade. É através da escola que vamos resgatar o respeito e os valores morais”.

O vice-prefeito, Beto Nascimento falou do empenho da nova administração para promover uma educação com mais qualidade e eficiência. “Esse momento é um marco. Hoje os diretores estão mais comprometidos, pois a comunidade escolar os indicou para gerir o bem maior que seus filhos podem ter que é uma escola, que irá possibilitar um futuro melhor para nossas crianças.” Segundo ele, esse é apenas o primeiro passo. “Temos muito a crescer. Agora precisamos nos unir para chegar a nosso grande objetivo de viver e ser feliz”.

Considerações Finais

Mesmo tendo avançado em alguns setores da área educacional, o caminho a ser percorrido para a implementação da Gestão Democrática é árduo, principalmente no interior do Brasil, tendo em vista as questões políticas partidárias que está diretamente entrelaçada a Gestão Escolar. Nesse sentido, é importante realçar que a gestão democrática não se resume apenas a eleição direta para gestor, mas existe um conjunto de elementos que compõem a gestão, sobretudo o papel social da escola e a sua relação com a comunidade de modo geral.

Porto Seguro, mesmo tardiamente, entrou no rol dos municípios que a gestão democrática faz parte da realidade educacional, contudo é de suma importância salientar que para o alcance desse feito, uma série de reivindicações foram encabeçadas pelos movimentos sociais, principalmente pela APLB (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Porto Seguro) a fim de conquistar uma gestão autônoma e teoricamente livre do controle por vezes exercido pelo Poder Executivo. Assim sendo, o próprio Sindicato na elaboração do Plano de Carreira dos docentes da Rede Municipal de Ensino, trouxe a importância de fazer valer a própria Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases quando versam acerca da importância da Gestão Democrática nas Escolas Públicas brasileiras acrescentando no corpo do

documento a eleição direta para diretores e vices. Desse modo, em 2014 ocorreram as eleições para Gestores da Rede Municipal de Ensino.

Com a posse dos novos gestores, pudemos constatar uma aproximação da gestão eleita com a comunidade escolar, por meio do estabelecimento de diálogos, na tomada de decisões coletivas para o desenvolvimento da instituição. Reuniões passaram a fazer parte do cotidiano da escola para decidirem acerca das demandas. Além disso, estabeleceu uma relação mais próxima com os/as alunos/as e os pais tendo como mote a garantia da inserção e/ou integração dos mesmos nas decisões e ações da Unidade Escolar.

Vale realçar que em 2018, quatro anos depois desse pleito, o Município de Porto Seguro tem ofertado curso de formação continuada para Gestores, por entender que se faz necessário ampliar as ações envolvendo a gestão democrática, principalmente no que concerne a aproximação das unidades escolares com os seus espaços sociais que parece ter rompido ao longo dos anos e da própria centralização do “poder” exercido por alguns gestores, inclusive com uma série de denúncias no último pleito em 2016 referente a manipulação de resultado e até mesmo de benefícios prometidos por alguns/as candidatos/as a gestão.

Referências:

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Vol. 5. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. p. 49-51. 2004.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 e 28/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94 Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2000.p. 393.

BRITO, César lobato (Org.); Guedin, Evandro Luiz; ...et al. **Ética e formação de professores**. Manaus: UEA edições: Raphaela, 2008.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
DEMO, Pedro. **Educação de Qualidade**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A escolha de Dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil**. In: FERREIRA, Naura S Carapeto (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 77-95.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**, São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 6º ed. Revista e ampliada. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia.** Campinas: Papyrus, 1996.

VASCONCELOS NETO, José Ramos de. **Democracia no terceiro milênio.** São Paulo: Nobel, 2002.

VIEIRA, S. L. **Gestão da escola – Desafios a enfrentar.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2007, p.141.